

AUTISMO E EDUCAÇÃO INFANTIL: O DIAGNÓSTICO, A FAMÍLIA E AS POSSIBILIDADES DA PRÁTICA EDUCATIVA.

Maria da Penha dos Santos

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Rayane Loyola Rangel de Melo

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

RESUMO

Este estudo teve por objetivo compreender como o diagnóstico impacta a família de uma criança com autismo e as possibilidades de atuação pedagógica em relação a essa criança na visão dos profissionais que trabalham com ela no Cmei. A fim de conhecer as possibilidades das práticas educativas, tem como objetivos específicos: Conhecer a maneira como o autismo é diagnosticado; Compreender como o laudo afeta a família e sua relação com a criança com autismo; Identificar como os profissionais da educação infantil vêem a criança com diagnóstico de autismo e as possibilidades de sua inclusão escolar. Nesse sentido, fizemos uma pesquisa exploratória considerando a visão dos professores sobre as práticas educativas orientadas para as crianças com esse transtorno em um Centro de Educação Infantil, em Vitória/ES. Como aporte teórico da pesquisa abordamos a psicologia histórico-cultural. Buscamos compreender os significados de como o diagnóstico de autismo afeta a família: como vivencia esse momento, os significados do autismo, as expectativas e receios em relação à escola. Consideramos que após o diagnóstico, o estresse decorrente da mudança do funcionamento familiar, as dificuldades econômicas, a sobrecarga emocional dos familiares e o excesso dos cuidados exigidos pela criança com autismo trazem um impacto nos grupos familiares que possuem um membro com a síndrome. Ressaltamos a importância das redes de apoio para a família de crianças com autismo de forma a ajudá-las orientando-as. Os profissionais entrevistados consideram que as crianças com autismo têm possibilidades de aprendizado e manifestam a necessidade de desenvolver uma prática educativa em consonância com suas peculiaridades e necessidades.

Palavras-Chaves: Autismo e Diagnóstico; Família, Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

No Brasil os estudos são recentes sobre esses sujeitos que apresentam autismo na infância. Percebemos que tanto na saúde como na educação há necessidade de dados que definam sobre quem são esses sujeitos e quais as possibilidades de aprendizagem.

Atualmente entende-se o autismo como um transtorno de desenvolvimento, mas em que consiste esse transtorno? Como é diagnosticado? De que maneira o laudo afeta a família e sua relação com a criança? Como as práticas

educativas podem contribuir para o desenvolvimento da criança com autismo na educação infantil?

Este estudo tem como objetivo geral compreender como o diagnóstico de autismo impacta a família de uma criança com autismo na educação infantil, bem como as possibilidades de atuação pedagógica em relação a essa criança na visão dos profissionais que trabalham com ela no centro de educação infantil. E como objetivos específicos: Conhecer a maneira como o autismo é diagnosticado; como o laudo afeta a família e sua relação com a criança com autismo; Identificar como os profissionais da educação infantil veem a criança com diagnóstico de autismo e as possibilidades de sua inclusão escolar; Conhecer quem é a criança com diagnóstico de autismo na educação infantil.

AUTISMO: A SÍNDROME E O DIAGNÓSTICO

Observamos no contexto escolar que muitas vezes é mais fácil para alguns profissionais tentar não ficarem atentos às diferentes manifestações comportamentais das crianças com autismo, do que buscar propiciar formas de avançar em seu desenvolvimento.

Compreendemos que a superação do preconceito e da discriminação implica conhecimento. No caso do autismo, como compreendê-lo? Como ele é diagnosticado?

O autismo é uma síndrome definida a partir de algumas características comportamentais. Conforme Gilberg (apud ORRÚ 2011, p. 21), o autismo infantil é uma “Síndrome comportamental com etiologias múltiplas e curso de um distúrbio de desenvolvimento”.

No Brasil, os sistemas diagnósticos mais utilizados para a classificação do autismo infantil, são o Manual de Diagnóstico e Classificação Estatística das Doenças Mentais DSM V, organizado pela Associação Psiquiátrica Americana e a Classificação Internacional das Doenças, CID-10, proposta pela ONU. Ambos os manuais tratam do comportamento ritualizado do sujeito com autismo, orientando o diagnóstico e definindo esses sujeitos.

Quando o diagnóstico é efetivado na educação infantil, percebemos que muitas vezes essas crianças avançam para os anos seguintes com o rótulo “autista”, como se essa denominação justificasse, por si, os atrasos ou fracassos que essa criança poderá ter em seu desenvolvimento nos próximos anos.

Como fatores contribuintes para essa situação Baptista (2006, p. 12) aponta a:

[...] falta de informações sobre quem são esses sujeitos, os poucos e recentes estudos sobre o tema, as dificuldades de interlocução entre as diferentes áreas; e a ausência de um conhecimento mais sistematizado por parte do campo pedagógico.

Várias mudanças na educação especial acontecem sem uma reflexão aprofundada sobre a deficiência, o diagnóstico como também a formação docente e escolarização. Há ainda uma grande preocupação em adaptar e normalizar sujeitos da educação especial.

A ABORDAGEM DA PSICOLOGIA HISTÓRICO CULTURAL COMO APORTE TEÓRICO PARA OS ESTUDOS DE INCLUSÃO.

De acordo com Chiote (2011, p.19) ao propor a perspectiva histórico cultural do desenvolvimento humano em psicologia o autismo “é abordado nas áreas comportamentalista, cognitiva ou psicanalítica que apresentam diferentes pontos de vista relacionados ao desenvolvimento da criança com autismo.

Segundo a autora, o aspecto comportamentalista é marcado pelo princípio da análise experimental do comportamento nos estudos da aprendizagem, as intervenções são feitas com o objetivo de amenizar e adequar os comportamentos impróprios da criança com autismo. Na visão cognitivista o autismo infantil é analisado a partir de déficits cognitivos primários da aprendizagem. Já na abordagem psicanalítica se compreende o autismo a partir de necessidades da criança que não foram supridas devido a falhas na função do outro principal. As intervenções psicanalíticas são realizadas através de tratamentos terapêuticos, clínicos e educacionais que contribuem para o processo de subjetivação da criança com autismo.

INCLUSÃO ESCOLAR, AUTISMO E EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir da década de 90, inicia-se um movimento mundial propondo que os governos assumissem a responsabilidade de garantir o direito à educação às pessoas que viviam segregadas nas escolas especializadas ou em seus lares, por ter algum tipo de deficiência. Esse movimento segue os princípios da Declaração de Jomtien (1990), e a Declaração de Salamanca (1994), que reconhecem a necessidade de ampliação da educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, no ensino regular. Essas duas declarações se tornaram um marco importante para a educação inclusiva, contribuindo para os avanços das políticas e práticas inclusivas na educação em todo País.

De acordo com Chiote,

Somente a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), e de outros documentos legais, como o Decreto nº 6.571 de 2008 e a Resolução nº 4, de 2009, os alunos com transtornos globais do desenvolvimento têm garantida a sua escolarização. (CHIOTE, 2011, p.23)

Em 2011, é publicado o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, fortalecendo a possibilidade de o Atendimento Educacional Especializado por ocorrer em centros especializados.

METODOLOGIA

Neste trabalho realizamos uma pesquisa exploratória sobre o diagnóstico de autismo, o impacto na família e as possibilidades de trabalho na educação infantil, em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) do município de Vitória. Considerando a visão dos professores sobre as práticas educativas orientadas para as crianças com esse transtorno.

A pesquisa exploratória é definida pelos autores como:

[...] a que tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. (GILL MOREIRA; CALEFFE.apud GILL, 1994).

Para melhor fundamentação e análise dos dados colhidos durante a pesquisa, utilizamos o seguinte instrumento: entrevistas padronizadas e semiestruturadas

que tiveram como objetivo obter informações dos pais da criança com autismo e profissionais do CMEI sobre o diagnóstico e as práticas educativas, como também a compreensão de como o diagnóstico de autismo afeta a família, permitindo identificar quais as expectativas e receios da família em relação à escola.

O IMPACTO DO DIAGNÓSTICO DE AUTISMO NA FAMÍLIA E NO CMEI DESPERTAR

De acordo com Nogueira e Rio (2011), o impacto do diagnóstico do autismo, será o primeiro desafio a ser enfrentado pela família. Conforme Paúl e Fonseca (apud NOGUEIRA e RIO 2011, p. 17) este primeiro momento para a família da criança com autismo é de negação do diagnóstico, sendo esta fase “[...] caracterizada como uma defesa temporária que mais tarde será substituída pela aceitação, ainda que seja parcial”.

Através dos estudos de Fávero e Santos (2005), consideramos o impacto do diagnóstico sobre famílias que possuem filhos com autismo, ressaltando o estresse produzido nos pais e outros familiares de ter como um de seus membros uma criança com autismo.

Por outro lado, identificamos pouco conhecimento por parte dos profissionais do Cmei sobre o autismo e acerca de algumas manifestações comportamentais da criança com a síndrome, o que trouxe aos profissionais angústias e receios em relação à maneira de trabalhar com a criança no início. Observamos que o sentimento de insegurança que acompanha a falta de conhecimento sobre o autismo, o não saber com que está lidando torna as ações e práticas confusas. Os profissionais que assim permanecem em suas atividades com crianças com autismo podem gerar situações de estresse e desgaste, pois a falta de conhecimento sobre essas crianças pode impossibilitar seus avanços. As necessidades desses sujeitos com autismo devem ser observadas, trabalhando com a prioridade de cada criança, pois cada indivíduo é capaz de aprender.

FRAGMENTOS DO TRABALHO PEDAGÓGICO DIRECIONADO A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

De acordo com Correia (2011 p.43), ao analisar o desenvolvimento da criança, não podemos nos restringir a compreender, [...] “suas condições biologicamente definidas ou a constituição de seu mundo interno, em si mesmo, mas precisamos resgatar o reflexo do mundo externo no interno, ou seja, a interação da criança com a realidade social”.

Os profissionais entrevistados abordam o trabalho pedagógico como meio de inclusão escolar da criança com autismo e de promoção de seu desenvolvimento. Entretanto, identificamos algumas diferenças na forma de compreender esse trabalho, especialmente entre a AEI que atua com a criança e a professora de educação especial. Para os profissionais há muitas possibilidades de desenvolvimento da criança com autismo. O fato de estas crianças estarem na escola já é um avanço, porém as possibilidades se diversificam de criança para criança. Neste sentido, manifestam a necessidade de desenvolver uma prática educativa que estimule o sujeito com a síndrome a participar de todas as atividades oferecidas às outras crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou compreender como o diagnóstico de autismo impacta a família de uma criança com autismo na educação infantil, bem como as possibilidades de atuação pedagógica em relação a essa criança na visão dos profissionais que trabalham com ela no centro de educação infantil. Temos a certeza de que as informações obtidas, não se encerram com este estudo.

Sendo assim destacamos a importância deste estudo no sentido de entender um pouco sobre quem são essas crianças com autismo; as relações entre família e escola, como também suas possibilidades educativas e sociais, a partir do desenvolvimento de práticas direcionadas orientadas para elas na educação infantil.

Na busca de uma prática definida que atue positivamente com esse público-alvo da educação especial, compreendemos que não existe uma única forma de atuação, cada indivíduo é singular e distinto, e a prática se constitui nas

relações, nos sentidos e significados vivenciados a cada dia com esses sujeitos, conforme destaca Chiote (2011).

Compreendemos a necessidade de investimentos em formações continuadas, para que, através do conhecimento, os profissionais possam aperfeiçoar suas práticas.

Este estudo nos possibilitou compreender que todo esse processo vivido pela criança com autismo no cotidiano escolar, e os que estão a sua volta, deve ser planejado coletivamente, de forma a contribuir para seu desenvolvimento enquanto sujeito no mundo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA AMERICANA. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V). Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BAPTISTA, C. A. M. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

CHIOTE, F. A. B. **Inclusão da criança com autismo na Educação Infantil: trabalhando a mediação pedagógica**. Vitória: UFES, 2011. (Dissertação de mestrado. Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo).

CORREIA, H. C. **Possibilidades de inclusão de uma criança com autismo na brincadeira infantil**. Vitória: UFES, 2012. (Dissertação de mestrado. Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo).

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em 18 abr. 2015

DECLARAÇÃO Mundial Sobre Educação Para Todos: satisfação das necessidades básicas de Aprendizagens. Jomtien, Tailândia, 1990. Disponível em: <www.unicef.org/brasil/jomtien.html>. Acesso em: 16 abr. 2015.

DECRETO nº 7.611 de 17 de novembro de 2011- Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/.../decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/.../decreto/d7611.htm). Acesso em 27/06/2015.

FÁVERO, M. A. B. e SANTOS, M. A. **Autismo infantil e estresse familiar: Uma revisão sistemática da literatura.** Psicologia: reflexão e crítica, 2005, pp.358-369. São Paulo.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

NOGUEIRA, M. A. A & RIO, S. C. M. M. **A família com crianças autistas: Apoio de enfermagem.** Revista portuguesa de enfermagem de saúde mental, 5, 16-21. Jun 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação Internacional de Doenças CID 10.** 1993.

ORRÚ, S. E. **Autismo o que os pais devem saber?** 2ª Ed. Rio de Janeiro. Wak: 2011.